Qual a Política de Ensino Superior de São Paulo?

Simon Schwartzman

31 de maio de 1994.

Sem uma política clara e amplamente discutida, não há como defender um aumento da percentagem dos impostos que o Estado de São Paulo dedica às suas três universidades. Os atuais 9% do ICMS atendem a 56 mil do total de 505 mil estudantes de nível superior do Estado, pouco mais de 11% (dados do MEC de 1991). Como o sistema federal não chega a 1%, a grande maioria depende do sistema privado e pago. É sabido que os exames vestibulares das universidades públicas favorecem pessoas de classe média e alta que frequentaram escolas secundárias privadas, o que significa, na prática, um subsídio dos mais pobres para os mais ricos. Na atual recessão, os 9% dão um salário razoável para os professores, se comparado com o que o mercado oferece, inclusive em termos de benefícios como o de estabilidade e aposentadoria integral. Se a economia melhorar, este salário melhora. Aumentar agora a percentagem significaria congelar os benefícios e privilégios de um setor específico da sociedade, sem uma avaliação adequada do que isto custaria para os demais.

Em tese, uma avaliação cuidadosa das possibilidades financeiras e das necessidades poderia inclusive concluir pela necessidade de aumentar esta percentagem. Seria necessário, para isto, nos assegurarmos pelo menos de que os municípios estão efetivamente dispendendo os 25% obrigatórios com a educação básica, que a educação secundária gratuita está sendo atendida em grande escala, e que a qualidade da educação pública básica e secundária é satisfatória. Seria necessário ver também se não existem outros setores, como os de saúde, habitação e segurança, que pudessem fazer uso socialmente mais adequado dos recursos.

Se, depois desta avaliação, ainda houver espaço para uma expansão percentual dos gastos em ensino superior, três condições me parecem essenciais para que ela se dê. A primeira

é que se verifique, através de sistemas adequados de avaliação, se as universidades públicas estão usando bem os recursos de que dispõem, sem gorduras desnecessárias como professores de tempo integral que não pesquisam e ensinam pouco, departamentos com muitos professores e poucos alunos, e cursos com altas taxas de evasão. A segunda é que esta expansão não consista, simplesmente, em dar mais recursos para as três universidades fazerem o que sempre fizeram, mas se traduza em uma ampliação efetiva da cobertura da população, com outras modalidades de organização institucional, outros tipos de ensino (dando um lugar privilegiado para a formação de professores e para o ensino profissional pós-secundário), outros regimes de trabalho para os professores, e novas formas de parceria com os governos municipais e outros setores da sociedade.

A terceira, finalmente, é que se enfrente a necessidade de cobrar de quem possa pelo menos parte dos custos da educação superior pública, a serem repassados aos que efetivamente o necessitem. Estima-se que 10 a 20% dos atuais gastos poderiam ser cobertos desta forma. A favor da gratuidade existe o argumento de que as universidades públicas formam técnicos de alto nível e desenvolvem pesquisas cujo impacto social econômico vai além dos eventuais benefícios privados de seus estudantes e usuários. É provável que isto seja verdade, mas não há nenhuma evidência de que estes benefícios seriam menores se os beneficiados devolvessem à sociedade algo do que recebem.

(Simon Schwartzman, 54, é professor de ciência política da USP, e atual presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).